INCLUSÃO DA CRIANÇA COM NECESSIDADES ESPECIAIS (SÍNDROME DE DOWN)

ANA PAULA TIYOMI MAEDA

RESUMO

Este trabalho pretende esclarecer o significado da palavra “inclusão” quando traduzida para o educacional, e suas possíveis implicações que ela traz ao contexto brasileiro, principalmente quando se considera as recentes diretrizes e recomendações de organizações nacionais e internacionais a respeito do assunto.
No que diz respeito aos vários cenários em que tais princípios de participação e direitos humanos se inserem, incluindo-se o educacional, ainda há muito a ser esclarecido e discutido a respeito das diferentes conotações que a “inclusão” possa assumir.
Além da Declaração Universal dos Direitos Humanos, outros documentos internacionais e nacionais merecem destaque pelo que contem, especialmente, como recomendações na área de atenção as pessoas portadoras de deficiências, nas diversas políticas públicas
PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Educação; Inclusão

INTRODUÇÃO

A importância da inclusão de crianças com necessidades (síndrome de down) educacionais especiais na rede regular de ensino insere-se no contexto das discussões, cada vez mais em evidencia, relativas à integração de pessoas portadoras de deficiências enquanto cidadãos, com seus respectivos direitos e deveres de participação e contribuição social.
Pode-se dizer que esta discussão mais ampla sobre inclusão, fundada na movimentação histórica decorrente das lutas pelos direitos humanos, não mais se constitui numa novidade, se leva em consideração que tais princípios já vem sendo vinculados em forma de Declarações e Diretrizes Políticas pelo menos desde 1948, quando da aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos.
No que diz respeito aos vários cenários em que tais princípios de participação e direitos humanos se inserem, incluindo-se o educacional, ainda há muito a ser esclarecido e discutido a respeito das diferentes conotações que a inclusão possa assumir.
Exemplos práticos desta necessidade podem ser facilmente fundamentados em observações do dia-a-dia, quando se percebe a confusão e insegurança com que professores e outros profissionais se deparam com o tema quando abordado em teoria ou prática.
Este trabalho pretende esclarecer o significado da palavra inclusão quando traduzida para o educacional, e suas possíveis implicações que ela traz ao contexto brasileiro, principalmente quando se considera as recentes diretrizes e recomendações de organizações nacionais e internacionais a respeito do assunto.
Além da Declaração Universal dos Direitos Humanos, outros documentos internacionais e nacionais merecem destaque pelo que contem, especialmente, como recomendações na área de atenção as pessoas portadoras de deficiências, nas diversas políticas públicas

O que é Síndrome de Down?

Recebe o nome em homenagem a John Langdon Down, médico britânico que descreveu a síndrome em 1862. A sua causa genética foi descoberta em 1958 pelo professor Jérôme Lejeune , que descobriu uma cópia extra do cromossoma 21 É o distúrbio genético mais comum, estimado em 1 a cada 1000 nascimento

É a forma mais frequente de retardo mental e é entendida como uma alteração genética que prejudica o funcional adequado das funções neurológicas, que são alteradas em suas funções básicas. É normalmente acompanhada de complicações clínicas que acabam por interferir no desenvolvimento global da criança portadora, e consequentemente em sua aprendizagem. Algumas das principais deficiências que acometem a síndrome e implicam dificuldades ao desenvolvimento são: alterações auditivas e visuais; dificuldades na organização de atos cognitivos e condutas; debilidades na associação e programação de sequências; e alterações nos conceitos de tempo e espaço.
No entanto, existe um consenso na comunidade científica de que a adequada educação e estímulo proporcionados a estes indivíduos são significativos para a melhora de seu desenvolvimento e potencial, podendo as generalizações e limitações quanto à capacidade de aprendizagem ser minimizadas. Este artigo visa apresentar algumas destas possibilidades e recursos que poderão contribuir significativamente para um melhor desenvolvimento educacional da síndrome de Down.

Inicialmente, um dos cuidados primordiais que se deve ter é em relação à interação e comunicação com estas crianças. Assim, a fala sempre que possível, deve estar apoiada em sinais e símbolos gráficos, pois a utilização interligada de imagens e gestos na comunicação pode contribuir consideravelmente para a melhor compreensão por parte do aprendiz. Além disso, é importante que às crianças portadoras da síndrome seja oferecida a oportunidade de expressar de alguma forma, que realmente compreenderam aquilo que foi dito, antes que novas informações sejam transmitidas.

É recomendável também que o educador procure constantemente rememorar com a criança aquilo que já foi aprendido, quando novos conhecimentos serão apresentados. Isto porque uma característica marcante resultante da síndrome é o processamento mais lento das informações por parte do indivíduo, podendo resultar em dificuldades quando um novo conhecimento exija organização programada e nova sequência de atos.

O atendimento por parte do profissional deve desta forma, ocorrer de forma gradual no sentido de proporcionar uma experiência de aprendizado efetiva. Isto porque, quando uma nova informação é bem assimilada, dificilmente uma criança Down esquece o que aprendeu, fator este que compensa o processo muitas vezes lento, da aprendizagem. Dentre as pessoas com deficiência mental, as com síndrome de Down, de forma geral, apresentam mais habilidades que as demais para executar atividades que já sejam de seu repertório, e este fator deve ser sempre lembrado pelos educadores que poderão se utilizar de conhecimentos já adquiridos para atingir novos objetivos.

A aprendizagem deve estar centrada também, sempre que possível, em materiais concretos que permitam ser manuseados pela criança. Para tal, podem ser utilizados suportes de ensino como: ábaco; quadros numerados; cartões com quantidade/numeral em relevo; números e letras de plástico; computador; e outros. Os usos de materiais lúdicos, da mesma forma, permitem um desenvolvimento global da criança, através da estimulação de diferentes áreas. O educador deve ter como objetivo, preparar a criança para a alfabetização, que iniciará posteriormente quando a criança for capaz de descrever objetos e ações; discriminar sons; identificar semelhanças e diferenças entre sons iniciais e finais das palavras; identificar símbolos gráficos; articular fonemas corretamente; estabelecer relações simples entre objetos; combinar conceitos nas áreas de relações temporo-espaciais; participar de atividades lúdicas; seguir e dar instruções simples; estabelecer relações passadas e prever ações futuras; demonstrar criatividade e estabelecer pensamento crítico.

INCLUSÃO X ESCOLAR ESPECIAL

De acordo com uma pesquisa realizada em 1999 pela Federação das Associações de Síndrome de Down, a única realizada no Brasil até o momento, “quase 80% das pessoas com Síndrome de Down frequentavam a escola no momento da pesquisa.

Quanto à natureza dos estabelecimentos de ensino mais frequentados: 30% dos estudantes frequentam escolas especiais públicas e 24% estão em escolas especiais privadas. Observa-se, pois, que mais da metade dessas pessoas estão em escolas especiais, o que não coaduna com a tendência mundial para Educação Inclusiva.”

Na efervescência das discussões a respeito da Inclusão, tais dados são reveladores e ganham ainda mais importância neste momento de afirmação das práticas e teorias que a fundamentam.

Falar desta importância para os Down significa entender que seu grau de desenvolvimento e socialização pode ser bastante satisfatório quando os mesmos passam a ser vistos como indivíduos capazes de fazer parte de um mundo designado para habilidosos e competentes.

A pessoa com Síndrome de Down é capaz de compreender suas limitações e conviver com suas dificuldades, “73% deles tem autonomia para tomar iniciativas, não precisando que os pais digam a todo momento o que deve ser feito.”

Isso demonstra a necessidade/possibilidade desses indivíduos de participar e interferir com certa autonomia em um mundo onde “normais” e deficientes são semelhantes em suas inúmeras diferenças.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva teve início nos Estados Unidos através da Lei Pública 94.142, de 1975, atualmente, já se encontra na sua segunda década de implantação.

Há em todo Estados Unidos o estabelecimento de programas e projetos dedicados à Educação Inclusiva, o departamento de Educação do Estado da Califórnia iniciou uma política de suporte às escolas inclusivas já implantadas.

O vice-presidente Al Gore criou uma Super via de Informática direcionada a uma política de telecomu-

nicações baseada na ampliação da rede de informações para todas as escolas, bibliotecas, hospitais e clínicas.
Há um cruzamento entre o movimento da Educação Inclusiva e a busca de uma escola de qualidade para todos.
Há propostas de modificações curriculares visando à implantação de programas mais adaptados às necessidades específicas das crianças portadoras de deficiência.
Tendo sido dada uma ênfase especial no estabelecimento dos componentes de autodeterminação da criança portadora de deficiência, equipes técnicas das escolas também sidas trabalhadas para fornecer um atendimento mais adequado ao professor de classe comum.
Há o acompanhamento, através de estudos e pesquisas, a respeito dos sujeitos que passaram por um processo de educação inclusiva. Eles têm sido observados através da análise de sua rede de relações sociais, atividades de lazer, formas de participação na comunidade, satisfação pessoal, etc.
Um dos maiores estudos de follow-up é o da Universidade de Minnesota que apresenta um Estudo Nacional de Transição Longitudinal.
Também tem sido acompanhados os Serviços dos Programas de Educação que trabalham com a Educação Inclusiva.
Boa parte dos estados norte-americanos está aplicando as Educações Inclusivas, o Estado de New York, Massachussets, Minnesota, Daytona, Siracusa, West Virginia, etc.
Fora dos Estados Unidos à situação não é diferente. O mais conhecido centro de estudos a respeito de Educação Inclusiva é o CSIE (Centre for Studies on Inclusive Education) da Comunidade Britânica, sediado em Bristol.
É dele que tem partido os principais documentos e respeito da área da Educação Especial tais como:

- UNESCO Salamanca Statement (1994);
- UN Convention on the Rights of the Child (1989);
- UN Starndard Rules on the Equalisation of Opportunities for Persons winth Disabilities (1993).

Um dos documentos mais importantes atualmente é o Provision for Children with Special Educational Needs in the Ásia Region que inclui os seguintes países: Bangladesh, Brunei, China, Hong Kong, Índia, Indonésia, Japão, Corea, Malásia, Nepal, Paquistão, Filipinas, Singapura, Sri Lanka e Tailândia.

Mas, há programas em todos os principais países do mundo, França, Inglaterra, Alemanha, México, Canadá, Itália, etc.
Entende-se por educação inclusiva, o processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais, ou de distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino, da pré-escola ao nível superior, através dela se privilegiam os projetos de escola, que apresentem várias características.
Um direcionamento para a Comunidade, na escola inclusiva onde o processo educativo é entendido como um processo social, para que todas as crianças portadoras de necessidades especiais e de distúrbios de aprendizagem tenham direito à escolarização o mais próximo possível do normal. O alvo a ser alcançado é a integração da criança portadora de deficiência na comunidade.
Vanguarda, uma escola inclusiva é uma escola líder em relação às demais, apresenta-se como a vanguarda do processo educacional, seu objetivo maior é fazer com que a escola atue através de todos os seus escalões para possibilitar a integração das crianças que dela fazem parte.
Altos padrões, em relação às escolas inclusivas há altas expectativas de desempenho por parte de todas as crianças envolvidas, o objetivo é fazer com que as crianças atinjam o seu potencial Máximo, o processo deverá ser dosado as necessidades de cada criança.
Colaboração e cooperação há um privilegio das relações sociais entre todos os participantes da escola, tento em vista a criação de uma rede de autoajuda.
Mudando papeis e responsabilidades, a escola inclusiva muda os papéis tradicionais dos professores e da equipe técnica da escola, professores tornam-se mais próximos dos alunos, na captação das suas maiores dificuldades. O suporte aos professores da classe comum é essencial, para o bom andamento do processo de ensino-aprendizagem.
Estabelecimento de uma infraestrutura de serviços e gradativamente a escola inclusiva irá criando uma rede de suporte para superação das suas maiores dificuldades, onde escola inclusiva é uma escola integrada a sua comunidade.
Parceria com os pais, que são os parceiros essenciais no processo de
inclusão da criança na escola.
Ambientes educacionais flexíveis, visando um melhor processo de ensino- aprendizagem do aluno, estratégias baseadas em pesquisas.
Modificações na escola deverão ser introduzidas a partir das discussões com a equipe técnica, alunos, pais e professores.

Estabelecimento de novas formas de avaliação, critérios de avaliação antigos deverão ser mudados para atender as necessidades dos alunos portadores de deficiências.
O acesso físico à escola deverá ser facilitado aos indivíduos portadores de deficiência.
Continuidade no desenvolvimento profissional da equipe técnica, participantes da escola inclusiva deverão procurar dar continuidade aos seus estudos aprofundando-os.
Na montagem de uma política educacional de implantação da chamada escola inclusiva, deverão ser privilegiados os seguintes aspectos nos estabelecimentos dos suportes técnicos:

- Desenvolvimento de políticas distritais de suporte às escolas inclusivas;
- Assegurar que a equipe técnica que se dedica ao projeto tenha condições adequadas de trabalho;
- Monitorar constantemente o projeto dando suporte técnico aos participantes, pessoal da escola e público em geral;
- Assistir as escolas para a obtenção dos recursos necessários à implementação do projeto;
- Aconselhar aos membros da equipe a desenvolver novos papéis para si mesmos e os demais profissionais no sentido de ampliar o esforço da educação inclusiva;
- Auxiliar a criar novas formas de estruturar o processo de ensino-aprendizagem mais direcionado às necessidades dos alunos;
- Oferecer oportunidades de desenvolvimento aos membros participantes do projeto através de grupos de estudos, cursos, etc.
- Fornecer aos professores de classe comum informações apropriadas a respeito das dificuldades da criança, dos seus processos de aprendizagem, do seu desenvolvimento social e individual;
- Fazer com que os professores entendam a necessidades de ir além dos limites que as crianças se colocam, no sentido de levá-las a alcançar o máximo da sua potencialidade;
- Propiciar aos professores novas alternativas no sentido de implementar formas mais adequadas de trabalho.

O processo de inclusão se refere e um processo educacional que visa estender ao máximo a capacidade da criança portadora de deficiência na escola e na classe regular.
Envolve fornece o suporte de serviços da área de Educação Especial através dos seus profissionais.
A inclusão é um processo constante que precisa ser continuamente revisto, para atender aos estudantes portadores de necessidades especiais nas vizinhanças de sua residência, propiciar a ampliação do acesso destes alunos às classes comuns, dar aos professores da classe comum um suporte técnico.
Cabe ao professor, perceber que as crianças podem aprender juntas, embora tendo objetivos e processos diferentes.
O conceito de inclusão não é levar crianças às classes comuns sem o acompanhamento do professor especializado, ignorar as necessidades especificas da criança, extinguir o atendimento de educação especial antes do tempo.
O professor deverá na educação inclusiva estabelecer formas criativas de atuação, fazer com que as crianças portadoras de deficiência, sigam um processo único de desenvolvimento, ao mesmo tempo e para todas as idades.
Hoje os alunos com necessidades especiais são vistos de maneira diferente devido ao rápido desenvolvimento das Ciências. Contudo a classe governamental está investindo mais na educação dos portadores de necessidades especiais.

A DECLARAÇÃO DE SALAMANCA

Conferência Mundial de Educação Especial que reuniu delegado de 888 governos e 29 organizações internacionais de 7 a 10 de junho de 1994, em Salamanca (Espanha), legitima estruturas de educação especial, tendo como princípio orientador à consideração de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.
Crianças, jovens e adultos, cujas necessidades tem origem na deficiência ou em dificuldades cognitivas, são considerados portadores de necessidades educacionais especiais e devem ser incluídos em programa educacionais previstos para todos os educandos, mesmo aqueles que apresentam desvantagem severa.
A escola inclusiva (escola que deve acomodar todas as crianças independentemente de suas condições intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e outras – Salamanca – 1994), deve promover uma educação de alta qualidade e todos os educandos, modificando atitudes discriminatórias, criando comunidades acolhedoras de desenvolvimento uma sociedade inclusiva.
Deve ser adaptada a necessidade dos alunos, respeitando-se o ritmo e os processos de aprendizagem.
Deve contrapor-se a sociedade que inabilita e enfatiza os impedimentos, propondo uma pedagogia cen-

trada nas potencialidades humanas.
A concepção da escola inclusiva aproxima-se dos eixos norteadores da Escola Plural, em cujos fundamentos reconhecem-se as diferenças humanas como normais e a aprendizagem centrada nas potencialidades do sujeito, ao invés de impor aos educandos rituais pedagógicos preestabelecidos.
Nesse sentido, todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de qualquer dificuldade ou diferença que possam ter.
As escolas devem responder as necessidades diversas de seus alunos, incorporando estilos e ritmos de aprendizagem por meio de arranjos organizacionais, curriculares apropriados, estratégias de ensino, recurso e parcerias com as comunidades.
A viabilidade da inclusão dos alunos portadores de deficiências e necessidades educacionais especiais no sistema regular de educação requer o provimento de condições básicas como reformulação de programas educacionais e formação permanente dos educadores, dentre outras coisas.
Essas ações e diretrizes devem extrapolar o princípio integrador da educação especial, articulando-se com os objetivos educacionais gerais.
O movimento integracionista não deixa de representar um significativo avanço nessa direção, embora se distancie dos postulados radicais da escola inclusiva.
O princípio da integração consiste na igualdade de direitos, privilégios e deveres, participação ativa e interação social em ambiente os menos restritivos possíveis, respeitando-se as diferenças individuais.
A integração escolar é um processo gradual e dinâmico que pode tornar distintas formas, segundo as habilidades e performances dos alunos. Refere-se ao processo de escolarização no mesmo grupo, de alunos com e sem necessidades educacionais especiais, durante um período ou a totalidade de sua permanência na escola.
A integração é vantajosa para todos porque propicia a renovação do sistema educacional pela incorporação da diversidade das experiências humanas.
Para que isso aconteça, serão necessárias modalidades educacionais condizentes com as necessidades e interesses dos educandos.
Além disso, a formação dos educadores deverá enfatizar amplos princípios e processos de ensino/aprendizagem, retirando o caráter meramente tecnicista e instrumental das metodologias e procedimentos didáticos.
Para isso, será necessário desmontar e desaprender estereótipos, preconceitos, mitos e outros construtos erigidos pelo imperativo da segregação e exclusão daqueles considerados impedidos ou incapazes de aprender.
A falta de condições e recursos adequados ao atendimento das necessidades educacionais especiais dos educandos, associada a uma formação segmentada dos educadores, justifica o despreparo, mobilizando mecanismos de resistências.
A escola deverá propor alternativas e soluções, instrumentalizando-se de todas as formas para lidar com as diferenças.
Deverá buscar convívio produtivo com a diversidade. Alunos, professores, técnicos, especialistas, pais, agentes do poder público e comunidade, todos devem assumir o desafio da descoberta e a superação de limites, construindo novas competências referenciadas no paradigma da escola inclusiva.
Esse alvo longínquo deverá mover nossas ações e intenções como uma utopia a ser conquistada.
Encontros regionais e internacionais englobando questões relativas à educação especial deveriam fazer parte da pauta de conferência ministerial regionais organizada pela UNESCO e por outras agências intergovernamentais.
Cooperação internacional técnica a agências de financiamento envolvidas em iniciativas de apoio e desenvolvimento da Educação para Todos deveriam assegurar que a educação especial seja uma parte integrante de todos os projetos em desenvolvimento.
Coordenação internacional deveria existir no sentido de apoiar especificações de acessibilidade universal da tecnologia da comunicação subjacente à estrutura emergente da informação.
Toda esta estrutura de ação foi aprovada por aclamação após discussão e emenda na sessão Plenária da Conferência de 10 de junho de 1994, tendo o objetivo de guiar os Estados Membros e organizações governamentais e não governamentais na implementação da Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Prática em Educação Especial.

A ESCOLA COMO ESPAÇO INCLUSIVO

Para ser considerado um espaço inclusivo, precisa deixar de ser uma instituição burocrática, que apenas cumpre as normas estabelecidas. Para tal, deve transformar-se num espaço de decisão, ajustando-se ao seu contexto real e respondendo aos desafios que se apresentam.
O espaço escolar, hoje, deve ser visto como um espaço de todos e para todos. Este novo desenho da escola implicará a busca de alternativas que garantam o acesso e a permanência de todas as crianças e

adolescentes no seu interior.
Portanto, o que se deseja, na realidade é a construção de uma sociedade inclusiva compromissada com as minorias e, neste grupo, estão os portadores de necessidades educativas especiais.
Como já visto anteriormente, o movimento pela sociedade inclusiva é internacional, e o Brasil está engajado nele, é conveniente que esteja, pois temos cerca de 15 milhões de deficientes, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), cuja maioria está, provavelmente, aguardando a oportunidade de participar da vida em sociedade, como tem direito.
Assim, necessitamos de uma nova escola que aprenda a refletir criticamente e a pesquisar.
Uma escola que não tenha medo de se arriscar, mas muita coragem de criar e de questionar o que está estabelecido, em busca de rumos inovadores, necessários à inclusão.
E nesta busca de respostas para atender à diversidade, o processo pedagógico fica, com certeza, mais rico, propiciando uma melhor qualidade de educação para todos. Assim, todos se beneficiam da educação inclusiva: alunos, professores, família e comunidade.
Então, como atuar numa escola inclusiva?
Compreendendo o aluno portador de necessidades educativas especiais e respeitando-o como pessoa que tem limitações, mas que também tem seus pontos fortes. Para isso, é necessário que se abandonem os rótulos, as classificações, procurando levar em conta as possibilidades impostas pelas limitações que a deficiência lhe traz.
Vale lembrar que o movimento de Educação Inclusiva, frente à realidade educacional brasileira, deve, ainda neste início, nesta fase de transição, ser visto como um grande avanço, quando recomenda a matrícula do aluno portador de necessidades educativas especiais na escola pública regular, porque ainda hoje prevalece entre nós a escola especial como lugar para essas pessoas.
Acreditamos quem, nesse momento, precisamos atuar em prol de um movimento "desagregação", que significa trazer à escola regular aqueles que até então, nunca a ela tiveram acesso, ou por estarem matriculados em escolas especiais ou por estarem segregados em suas comunidades.
Dessa forma, precisamos, ainda, nos valer das diferentes modalidades de atendimento de Educação Especial, expressas na Política Nacional de Educação Especial (MEC, SEEP, 1994): classe comum, classe especial, professor itinerante e sala de recursos.
Estas modalidades devem ser criadas no interior das escolas regulares. Elas se caracterizam como alternativas de procedimentos didáticos específicos e adequados às necessidades educacionais desses alunos e que implicam espaços físicos, recursos humanos e materiais diferenciados.
Vale ressaltar que o planejamento da ação educativa deve ser participativo, envolvendo os educadores de educação especial e da educação regular.
O professor especializado deve participar de todas as ações, devendo opinar e discutir com o professor do ensino regular, participar de todo o planejamento em suas fases de elaboração, execução e avaliação. O professor deve, assim, ser parte integrante da equipe escolar.
Ele precisa ter, sempre, a oportunidade de socializar o seu saber específico junto aos outros profissionais da equipe, contribuindo para melhoria da qualidade do ensino oferecido na escola, possibilitando o envolvimento desta equipe na busca de alternativas que minimizem as diferenças entre os alunos com deficiências e os demais.
O professor de classe regular precisa entender o significado de uma escola inclusiva, a partir de seus conhecimentos anteriores como professor, precisa entender, também, que seus alunos têm estilos diferentes de
aprendizagem e, às vezes, utilizam caminhos que o próprio professor desconhece.
O mais importante em todo esse processo é a necessidade da formação da consciência crítica do professor quanto à sua responsabilidade pela aprendizagem de seu aluno, sejam elas deficientes ou não.
Entretanto, como incluir os que não são reconhecidos pela sociedade, sem se correr o grande risco de criar falsos mecanismos de inclusão, porque na verdade eles se mantêm excluídos?
Isso ocorre, porque no interior da escola busca-se uma homogeneidade inexistente e, todo aquele que se mostra diferente da norma imposta é excluído. Todavia, a escola existe em função do aluno, que nela ingressa para se apropriar de conhecimentos, de habilidades, para aprender a se relacionar crítica
e produtivamente na sociedade.
Se isso não ocorre, a escola não está cumprindo sua função. O sucesso dos alunos não pode depender de sua capacidade de se adaptar aos códigos existentes dentro dela.
Essa é a caracterização da cultura do fracasso, crianças portadoras de necessidades educativas especiais são vistas como incapazes de aprender e avançar numa escola acabada e perfeita que se julga imune à avaliação.

Podemos, então, concluir que a escola como espaço inclusivo deve ter por desafio o sucesso de todos os seus alunos, sem exceção.
Neste começo de século nossa escola não pode mais fugir a esse desafio.
Ela terá que estar preparada para lidar com situações que fujam ao cotidiano.

CONCLUSÃO

Partindo do desenvolvimento cientifico e ético da humanidade, estudos vem mostrando que as diferenças individuais quer sob o ponto de vista do desenvolvimento cognitivo, quer sob o ponto de vista físico ou sensorial não constituem uma fatalidade, nem uma desabilidade para as realizações pessoais e sociais.
Cada indivíduo é dotado de um potencial que bem orientado pode permitir, quase sempre a sua auto realização.
Desta forma, o que estamos defendendo é a construção de uma sociedade inclusiva que estabeleça um compromisso com a minoria, dentre as quais se inserem os alunos, que apresentam necessidades especiais.
A inclusão tem sido conceituada como um processo de educar juntos, incondicionalmente nas classes do ensino regular, todos os tipos de alunos, independentemente de suas limitações.
Trata-se de um ideal, sem dúvida, que pressupõe um mundo diferente desse nosso, em que a agressividade e a competitividade não sejam tão avassaladoras.
Um mundo no qual a cooperação não seja confundida com piedade, geradora de honras e recompensas.
Precisamos continuar denunciando injustiças sociais e o modelo político- econômico que as produz, reproduz e as mantém não por caridade e sim por direito de cidadania.
As externalidades de um mundo em que a educação é concebida como bem de investimento, com vistas ao consumo, evidenciam a urgência das discussões sobre inclusão, independentemente de que os protagonistas sejam, ou não, portadores de deficiência.
Acreditamos que quando é dado ao professor o suporte necessário, a
inclusão não aparece como fardo e mais.
A experiência torna-se gratificante e toda a classe é envolvida em um trabalho verdadeiro de cooperação, onde o papel do grupo é outra questão que merece um estudo especial.
Durante todos esses anos em que se luta para a aceitação das pessoas com deficiência na escola regular, conta-se com o apoio irrestrito das outras crianças que tem demonstrado, que após se despirem do medo do que não conheciam, compreendem seu papel de colega e passam a ser os principais instrutores, brincando, auxiliando, brigando, dizendo sim ou não, perguntando, desempenhando um a tarefa que nenhum professor poderia fazer, dar o modelo do que é ser criança, desprovidos de qualquer sentimento de pena ou culpa.
Consideramos que, apesar de todas as dificuldades encontradas na educação brasileira, a inclusão dos alunos com deficiência na escola regular é necessária e urgente.
A questão da educação será sempre polêmica, afinal como poderíamos esperar que todas estas relações acontecessem em uma escola especial.
Nossa escola estará sempre na mira de críticas. Que a conduzem a constantes reformulações. Para que haja mudança, seu objeto gerador deve primeiro existir.
Para esse trabalho, não há fórmulas, não há receitas.
É absolutamente necessário que se acredite na possibilidade de aprender do ser humano, seja qual for sua diferença.
O aprendizado não tem um espaço delimitado para que ocorra e todos nós vivemos para progredir.
Nós, educadores, devemos nos exercitar como eternos insatisfatórios, insaciáveis no nosso saber, para podermos lidar comas mudanças e com o novo.
Temos a obrigação de ser audacioso, pois como poderemos pensar em uma educação inclusiva sem sujeito presente.
A nossa escola será sempre desarmoniosa para quem quer continuar a não querer ouvir a nova música tocada por todos: afinados e desafinados.
Assim, entendemos que estamos colaborando para construir a escola do futuro, mais uma observação quanto os possíveis desânimos a que somos levados, diante de tantas dificuldades.
Se olharmos para trás, constatamos que nossos antepassados passaram também, por inúmeros obstáculos.
Devem ter sentido o mesmo que nós, agora, sem que ousassem imaginar o homem pousando na lua ou os espaços virtuais por onde podemos “navegar” para buscar novas informações e para nos comunicar.
Os avanços de que somos capazes, estimulam a levantar os problemas, como forma de tentar resolvê-los, de tal modo que, se dentro de alguns anos, nossos descendentes ficarem impressionados ao saber que algum dia estivemos discutindo a inclusão das crianças com necessidades especiais no ensino regular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente Lei 8069/90 de 13 de junho 1990
/ São Paulo. CIBA/SP, 1991.

Ministério da Educação, Cultura e Desporto. Política Nacional de Educação Especial. Secretária Nacional de Educação Especial, Brasília, DF, 1994.

Constituição da República Federativa do Brasil, São Paulo: Atlas, 1988.

Lei nº 9394/96 de 20/12/96 – Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília DF: Diário Oficial da União, nº 248 de 23/12/1996.

Ministério da Educação e do Desporto, Plano Decenal de Educação para Todos. Brasília, MEC, 1993.

MEC. Secretária de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília, MEC/SEESP, 1994.

Adaptações curriculares e as propostas de educação para todos. 1998. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394/96 de 20/12/96.
Educação e Inclusão: A questão da permanência da pessoa deficiente na Universidade. 1997.

BUENO, Jose Geraldo. Educação especial brasileira: Integração / segregação dos alunos deficiente. São Paulo: EDUC/PUC, 1993.

CEDES (Centro de estudos, educação e sociedade). Caderno CEDES 46. A realidade. Porto Alegre, v. 16, n. 2 p. 47-52, jul/dez, 1991.

Congresso Ibero-Americano de Educação Especial / Diversidade na Educação: Desafio para o Novo Milênio / Foz do Iguaçu, 4 a 7 de novembro de 1998.

Declaração de Salamanca. Princípios, políticas e práticas em Educação Especial. Espanha, 1994.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, Minidicionário da língua portuguesa. 3º edição – Rio de Janeiro: nova Fronteira, 1993.

Fórum Permanente de Educação e Saúde, promovido pelo Instituto Phillipe Pinel, PUC – Rio e UFRJ no segundo semestre de 1997.

KUENZER, Acácia. A formação de educadores: Novos desafios para as faculdades de educação. Educação e Sociedade (CEDES) Campinas, 1998.

MAZZOTTA, Marcos J.S: Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão – Construindo uma Sociedade para Todos. Rio de Janeiro, RJ: Editora WVA, 1997.

UNESCO. Declaração de Salamanca e enquadramento das ações. Necessidades educativas especiais. Salamanca, Espanha, 1994.

WERNECK, Claudia. Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva. Rio de Janeiro, RJ: Editora WVA, 1998.

DELORS, Jacques. Educação (um tesouro a descobrir) – Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo, SP: Cortez Editora / MEC / UNESCO, 1998.

DEBATEXTOS – Publicações do Setor de Educação. Educação Especial: Inclusão ou Segregação? – Caderno 4, 1997, UFPR.

SITES INDICADOS PARA PESQUISA EM EDUCAÇÃO / INCLUSÃO

DEFNET – Centro de Informática e Informação sobre Paralisias Cerebrais em especial os links:

Projeto Aprendiz: www.aprendiz.com.br

Educacao On Line: www.regra.com/educacao

Projeto Caleidoscópio: www.aleph.com.br/calidoscopio/ www.mec.gov.br/seesp/ee.num www.regra.com.br/educacao/salamanc.htm www.novaescola.com.br